

O espelho do ministro *Saúde*

DE RICARDO DE MENEZES MACEDO

A foto estava ali. O novo ministro era apresentado, naquele momento, entre curioso e desapontado, à caricatura das mazelas da saúde brasileira: a larva do mosquito transmissor da dengue, do mosquitinho, como ele disse. Uma forma ainda embrionária, diante de um poder já feito, já pronto. Aquele rosto, o do ministro, é claro, refletia o quê?

Seria uma levandade dizer que o ministro nada viu ou sabe sobre a pasta da Saúde. Se do ponto de vista técnico e específico seu conhecimento não vai muito além daquele alcançado pelos hipocondríacos, como economista competente e político de relevância tem acompanhado, passo a passo, a longa desídia da saúde brasileira.

Ainda quando seu amigo era ministro da Fazenda, como deputado federal trabalhou exaustivamente para a não vinculação de dinheiro do orçamento para a saúde e apoiou com firmeza a redução do percentual da Seguridade Social destinado à saúde — oito bilhões de reais, hoje — poupando o Tesouro Nacional de cobrir a Previdência Social, como determinava o Plano Plurianual da época.

Mas tudo bem. O doloroso sacrifício da Corte valeria a pena. O ministro da Previdência virou governador lá no Sul e o outro, o da Fazenda, foi eleito presidente da República. Sob a lógica do poder, tudo foi autorizado pelas urnas, tudo foi estritamente democrático.

Como ministro do Planejamento, candidato a presidente e senador, o novato ministro da Saúde assinou, defendeu e votou todas, essencialmente todas as medidas que, nos anos seguintes, foram reduzindo a parcela devida de recursos à Saúde, fazendo com que, em números absolutos, houvesse crescimento de receita, imediatamente minguada dada a competência em administrar — ou maquiavar — números, resultando com que o dinheiro restante para a Saúde fosse cada vez menor.

Como muitos, defendeu a CPMF para a Saúde, mas como poucos espionou e consentiu pela sua utilização como fonte substitutiva, aquela que entra no orçamento para a plateia ver, enquanto a Saúde era dilapidada através do desvio das outras fontes como o Collins e a contribuição sobre o lucro, fato denunciado à larga pela sociedade e imprensa brasileiras.

Sem dar um pio, nem esboçar nenhum levantar de

sobrelhas em público, defendeu a política econômica que retirou — eles dizem contingenciou — cerca de dois bilhões de reais da Saúde através do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), em 1997, mesmo ano em que se pagou dívidas do Tesouro Nacional com dinheiro da Saúde, sendo autorizados cortes de outro 1,9 bilhão para o orçamento da pasta que hoje comanda.

De tanto ser alardeado na imprensa, estes dados já não se constituem uma denúncia passível de punição. A vida tem sido objeto de banalização não apenas nos corredores do Planalto Central, a mediocridade com que é tratada tem entrado em nossas casas de forma tão íntima e familiar que já não causa qualquer náusea ou espanto.

O convívio diário com algumas misérias tem nos tornado amorfo, nos dotando de uma insensibilidade tamanha que chamamos de democracia plena a descarada inversão de valores que autoriza e abençoa o desvio de dinheiro dos postos de saúde e hospitais públicos, para destiná-lo à especulação vadia e aos donos do grande capital como se fossem títulos de nobreza ou oferenda improrrogável a ser concedida.

Em suas andanças, o ministro poderá observar que cada centavo da Saúde por ele autorizado pela caneta ou pelo silêncio a desaguar em desvios, foi diretamente responsável pela demora no diagnóstico de doenças que não davam trégua nos corpos que cochilavam nas filas, evitando que alguém morresse de morte evitável ainda na flor da idade.

Adolescentes que mal conheceram o amor estão pagando com a vida pelos filhos que, desesperadas, optam por não ter, embora em seu flanco aberto os desejassem. Quase que diariamente as vejo definhando sob a febre e a sepse, se despedindo da vida, ainda com os peitos duros e pequenos.

Nosso povo, senhor ministro, está morrendo de indigência política fantasiada de pneumonias, dengues, tísicas, frios, insanidades e febres que há décadas não ocorriam. Além de muita embriaguez pelo álcool fácil e barato. Isto porque essa burra lógica econômica, que embrutece as inteligências e calcifica os sonhos, imperou como uma praga indelével, impossível de ser combatida com fumacê ou mutirões.

Dado o prestígio do novo ministro da Saúde junto ao Palácio do Planalto e ao seu temperamento de querer e fazer, muitos de bom coração, e em nossa terra há muitos, acham ser possível alguma melhora

para a saúde do Brasil com a sua posse.

Para tanto não bastam empáfias ou bravatas sob as lentes de TV, mesmo porque esta técnica tem fôlego curto, haja vista seu colega de ministério que cortava pontos num dia para traficar bicicletas no outro. É esperado do atual ministro coragem muito além daquela desprendida para demitir subalternos, transformando um ato burocrático numa performance teatral.

Em defesa do humor, pelo menos nos poupe de dizer que não sabia dos desvios dos recursos de combate à dengue, culpando seu fritado antecessor.

Pelo menos cabem duas medidas dignas de quem é o que diz ser. Primeiro, cumprir a Constituição brasileira. Nada sofrível para quem jurou defendê-la, exercendo sua influência para impedir a perpetuação das fraudes perpetradas pelo Palácio do Planalto, que desviam dinheiro da Seguridade Social para outras áreas. Apenas isto já nos garantiria os cerca de 22 bilhões de reais reivindicados pelo Conselho Nacional de Saúde.

Segundo, evitar que o estelionato estatal avance modificando a PEC 169 antes mesmo de ser votada. Essa emenda constitucional, na sua forma original de 1993, resgata aquilo que faltou para definitivamente implantar-se o SUS: o financiamento da Saúde a partir dos 30% da Seguridade Social, além de 10%, no mínimo, do orçamento fiscal de estados, municípios e União. Cabe dizer que o Governo já está tentando fazer desaparecer do texto a ser votado no Congresso Nacional, sua parcela de 10%, fiel à sua vocação de bem arrecadar e pouco contribuir.

Resisto ao rótulo de fracassomaniaco, porém não me sai da cabeça a impressão dada pela foto do ministro conhecendo ali o responsável pela epidemia da dengue. É bem possível, num curto momento de sinceridade, que a perplexidade ali estampada tenha se dado pelo reflexo de sua própria imagem sobre a luz de um tubo de ensaio.

À esperança se dá pela possibilidade do sonho alcançável. Está, portanto, alguém do próprio sonho. Não podemos, de pronto, frustrar esperanças alheias. Mas como disse o próprio ministro em seu discurso de posse, e com isso concordo, milagres, esses não existem mesmo.

RICARDO DE MENEZES MACEDO é presidente do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte.